

Governo procura saída para diminuir déficit

10 MAI 1987

ECON. BRASIL

Um dos itens que vem contribuindo para agravar ainda mais a situação econômica do país — juntamente com a expectativa de uma hiperinflação — é a questão do déficit público. Dentro do seu plano de ajustamento econômico, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ainda não definiu qual será o déficit público deste ano, mas garante que ele será expandido e não reduzido caso a economia ingresse num processo recessivo. A intenção atual, segundo o ministro, ainda é desenvolver medidas para a redução do déficit público.

Para Bresser, o déficit público deste ano deverá ser menor que o do ano passado, que atingiu 2,9% do PIB. Para isso, será montado um programa de saneamento financeiro para os governos estaduais e municipais. O nível de rolagem da dívida interna será elevado e o da dívida externa estadual e municipal deverá se elevar de 75 para 100%.

Além disso, de acordo com o ministro, os governos dos estados já estão sendo aconselhados a encontrar junto com as suas Assembleias Legislativas uma fórmula que compatibilize os reajustes salariais com a defasagem de 50 dias na arrecadação do ICM, evitando os problemas de falta de recursos gerados pelos constantes disparos do gatilho salarial para o funcionalismo público.

Apesar das "boas intenções" do governo em tentar reduzir o déficit público, paira no ar alguma incoerência criticada por vários

economistas. Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, por exemplo, afirma que a decisão de construir a ferrovia Norte-Sul neste momento de crise é uma situação absolutamente "escandalosa". "Eu proponho que o presidente José Sarney suspenda o inicio da construção dessa ferrovia e discuta publicamente o assunto", sugere.

Por sua vez, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não confirmou o inicio das obras da ferrovia, destacando que no momento estão sendo feitos estudos que "demonstram a viabilidade do projeto, mas a decisão é do presidente Sarney".

O ministro da Fazenda reuniu-se na semana passada com o secretário do Tesouro, Andrea Calabi, que foi orientado a encontrar fórmulas eficientes de controle dos gastos públicos que estão onerando cada vez mais os cofres da União.

Calabi acha necessário o estabelecimento em lei de parâmetros para o endividamento público, uma vez que a situação financeira dos governos e entidades públicas revela a falta de critérios econômicos na hora de assumir obrigações. "O endividamento desmedido é uma forma regressiva de tributação da sociedade", acrescenta.

De acordo com o secretário do Tesouro, os limites comuns e gerais para as diversas esferas de governo eliminariam estas distorções. Ele propõe uma limitação de créditos públicos (financiamentos, empréstimos, títulos) ao mesmo nível

das despesas com investimentos no orçamento. Neste caso, seriam beneficiados os estados e municípios mais austeros. O orçamento deveria incluir limites de obrigações que poderiam ser assumidas para os anos seguintes, já que a sistemática atual prevê apenas a aprovação dos limites de crédito do exercício, omitindo a aprovação dos limites de obrigações futuras. "Sem esses limites, o controle da dívida se tornaria inócuo", argumenta o secretário.

Outra proposta de Calabi é a de que o "orçamento de crédito" consolide receitas e despesas de todas as contas de crédito a serem financiadas com recursos federais, tais como preços mínimos, conta-trigo, financiamentos rurais, Empréstimos do Governo Federal (EGFs), Proagro e outros. Propõe, ainda que o aumento líquido dos valores a serem financiados, ou seja, a diferença entre as despesas e os respectivos retornos, bem como os subsídios e despesas embutidas nas operações, deve ser coberto com dotações previstas no orçamento geral da União.

A estabilização do processo inflacionário num patamar "suportável", juntamente com a redução e controle do déficit público, é a condição básica para a implementação do recongelamento de preços, salários e câmbio, hipótese descartada a princípio pelo ministro Bresser Pereira, mas que pode ser efetivada, se as próximas medidas a serem adotadas pelo governo não surtirem os efeitos desejados.